

Processo Administrativo Licitatório n. 081/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TRAJES TÍPICOS ALEMÃES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE IPIRA/SC.

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epigrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente as contratações públicas, em inciso XXI da Constituição Federal e aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o presente Processo Licitatório.

1. DA ÁREA SOLICITANTE E FISCALIZAÇÃO

1.1. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

1.2.. Designa responsável pela GESTÃO DO CONTRATO a servidora em comissão, Sra. Tais Fernanda Trombetta e pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO a Servidora em comissão, Sra. Julia Regalin.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	UN	QNT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.	UN	18	Vestido em tecido crepe 100% poliéster, nas cores verde e bordo, parte frontal com passantes em ferragens e rendas; saia rodada com acabamento em rend guipir (feminino adulto)	590,10	10.621,80
2.	UN	18	Blusa em tecido lese na cor branco com detalhes em renda (feminino adulto)	180,00	3.240,00
3.	UN	18	Avental em tecido tule bordado na cor preta, laço em cetim (feminino adulto)	220,00	3.960,00
4.	UN	18	Chale em tecido 100% poliéster com apliques em tecido de tule bordado e acabamento em franjas (feminino adulto)	100,00	1.800,00
5.	UN	18	Calçola em tecido 100% poliéster, na cor branco, acabamento em renda (feminino adulto)	55,00	990,00
6.	UN	18	Colar típico Edelweiss com fita (feminino adulto)	49,90	898,20
7.	UN	18	Meia em fio de lã na cor branco (feminino adulto)	50,00	900,00
8.	UN	18	Sapato típico em couro na cor preto (feminino adulto)	160,00	2.880,00
9.	UN	08	Vestido em tecido crepe 100% poliéster, nas cores verde e bordo, parte frontal com passantes em ferragens e rendas; saia rodada com acabamento em rend guipir (feminino juvenil)	631,00	5.048,00
10.	UN	08	Blusa em tecido lese na cor branco com detalhes em renda (feminino juvenil)	150,00	1.200,00

11.	UN	08	Avental em tecido tule bordado na cor preta, laço em cetim (feminino juvenil)	250,00	2.000,00
12.	UN	08	Calçola em tecido 100% poliéster, na cor branco, acabamento em renda (feminino juvenil)	55,00	440,00
13.	UN	08	Colar típico Edelweiss com fita (feminino juvenil)	49,90	399,20
14.	UN	08	Meia em fio de lã na cor branco (feminino juvenil)	50,00	400,00
15.	UN	08	Sapato típico em couro na cor preto (feminino juvenil)	160,00	1.280,00
TOTAL:					R\$ 36.057,20

3. JUSTIFICATIVA

Considerando que o processo 056/2024 fora anulado; Considerando a necessidade da aquisição de Trajes típicos alemães, para utilização em eventos, datas comemorativas e apresentações culturais que fazem parte do calendário anual da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Indústria e Comércio, que tem na sua programação as festas tradicionais do Município de Ipira/SC, que tem por predominância a cultura alemã; Justifica-se a aquisição de Trajes típicos alemães, sendo eles uma expressão de identidade regional, que trazem a história, cultura e tradição do país, para nosso município.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 018/2024.

5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1. Especificado na Solicitação de Fornecimento (SF) que será devidamente encaminhada pelo Município de Ipira através de endereço de correio eletrônico (e-mail) e ou outro semelhante.

5.2. Os itens deverão ser prestados, conforme indicado na Solicitação de Fornecimento.

5.3. Em hipótese alguma será admitido entrega dos serviços divergentes à indicada na proposta da licitante.

5.4. O não cumprimento do disposto no item 5.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

6. VALOR ESTIMADO

6.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 36.057,20 (trinta e seis mil, cinquenta e sete reais e vinte centavos).

7. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas por dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A partir da definição de que a contratação do objeto supracitado atende à demanda exposta, cumpre analisar de que modo o município irá realizá-la.

Nesse cenário, a Lei Federal n. 14.133/2021 traz a previsão de uma contratação direta denominada de dispensa de licitação, situação em que, muito embora seja possível a realização de modo particular, destaca-se a previsão legal da dispensa por baixo valor, contida no art. 75, inciso II e § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Trata-se de uma simples e necessária relação de custo-benefício do procedimento, dado que deve existir proporcionalidade entre os custos para a administração realizar o processo licitatório e as vantagens na contratação que dele serão resultantes.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- a) Efetuar os serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- c) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, objeto com avarias ou defeitos.
- d) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

- e) Se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresentá-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
- f) É responsabilidade exclusiva da contratada a total qualidade dos produtos/serviços entregues bem como o ressarcimento por qualquer dano proveniente direta ou indiretamente da má qualidade dos mesmos.
- g) Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade;
- h) Realizar as medidas dos trajets no município de Ipirá/SC.
- i) Realizar a entrega dos materiais, no município de Ipirá/SC, conforme demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Indústria e Comércio.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA
- b) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- e) Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado em caso de reincidência, nos atrasos da prestação de serviços;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada pelo fiscal de contrato.

13.2. Quando o dia determinado para os pagamentos não for dia útil, o adimplemento da obrigação financeira ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

13.3. (s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do(s), objeto da presente licitação, correrão à conta da(s) Dotações Orçamentária(s), prevista(s) da Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

14. DA GARANTIA

14.1. A contratada deve garantir a qualidade, eficiência e comprometimento nos serviços prestados.

15. TERMO DE ACEITE

Declaro, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal: Júlia Regalin

CPF: 097.***.***-**

Cargo/função: Coordenadora de Indústria e Comércio | Unidade: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Indústria e Comércio.

Fone para contato: (49) 3558-0451 | E-mail para contato: cultura@ipira.sc.gov.br

Assinatura do fiscal: _____

Ipirá (SC), em 24 de junho de 2024.

Claudinéia Koch Moraes
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Indústria e Comércio

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.